

ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR
Promotor de Justiça de Falências de São Paulo
Professor Universitário Professor convidado da Escola Superior do
Ministério Público do Estado de São Paulo
Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas — FGVlaw
Integrou Comissão Jurídica do Ministério Público do Estado de São
Paulo, para analisar, discutir e apresentar sugestões ao P.L. n°
4.376/93, da Câmara dos Deputados — atual Lei
de Recuperação de Empresas e Falências
Palestrante convidado do Instituto Brasileiro de Recuperação de
Empresas Mestre em Direito Penal pela Universidade São Francisco —
2002
Mestre em Direito Processual Penal pela PUC — 2005
Extensão universitária em Recuperação de Empresas e Falências pela
Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGVlaw), 2005

CRIMES DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, inverno de 2006



Localização: 343:347.736(81)(094.4)

M634c

Código de barras: STJ00065859

CATALOGAÇÃO NA FONTE

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur

Crimes de Recuperação de Empresas e de Falências - São Paulo :
Quartier Latin, 2006.

1. Direito 2. Direito Penal I. Título

SUMÁRIO

Apresentação	11
Abreviaturas	17

Título I

Parte Geral

Crimes da Recuperação de Empresas e Falências, 21

Introdução	23
Capítulo 1	25
Uma Homenagem aos "Curadores de Massas Falidas"	25
Capítulo II	26
História do Direito Falencial e Repressão Penal	26
Capítulo III	30
A Falência no Direito Brasileiro	30
Capítulo IV	32
A Origem da Recuperação de Empresas e o Direito Comparado	32
Capítulo V	34
A Nova Denominação dos Crimes Decorrentes da Falência e da Recuperação de Empresas	34
Capítulo VI	36
Os Crimes Decorrentes da Falência no Brasil	36
Capítulo VII	42

Localização: 343:347.736(81)(094.4)

M634c

Código de barras: STJ00065859

Direito Penal Falencial no Direito Comparado	42
Capítulo VIII	48
A Composição dos Crimes Falenciais	48
8.1. Teoria Sobre os Crimes Falenciais	48
8.2. Natureza Jurídica dos Crimes Falenciais	49
8.2.1. Classificação dos Crimes Falências	54
Crimes Próprios e Crimes Impróprios	54
8.2.2. A Consumação e Tentativa nos Crimes Falências	56
8.3. Elementos Constitutivos do Crime Falencial	57
8.4. Sujeito Ativo do Crime Falencial	59
8.5. O Sujeito Ativo ante a Lei de Recuperação de Empresas (11.101/05)	65
8.5.1. Do Concurso de Pessoas	67
8.5.2. Conceito de Concurso de Agentes	68
8.5.3. Definições de co-delinquência	68
8.5.4. Distinção Entre Concurso Eventual e Concurso Necessário	70
8.5.5. Teorias da Co-autoria Delinqüente	71
8.5.6. Relação de Causalidade	76
8.5.7. Distinção entre Co-autoria e Participação	76
8.5.8. Natureza Jurídica da Participação	79
8.5.9. Requisitos no Concurso de Pessoas	80
8.5.10. Formas de Participação	82

Localização: 343:347.736(81)(094.4)

M634c

Código de barras: STJ00065859

8.5.11. Punibilidade Diminuída na Participação	83
8.5.12. Circunstâncias Incomunicáveis	84
8.5.13. Casos de Impunibilidade	85
8.5.14. A Co-autoria e Participação nos Crimes Falências	86
8.6. Sujeito Passivo nos Crimes Falências	88
8.7. A Sentença como Condição Objetiva do Crime Falencial	90
9. Elemento Subjetivo do Injusto	92
9.1. O Dolo	92
9.2. Teoria do Crime Culposos	93
9.2.1. Elementos do Tipo Culposos	96
9.2.2. Das Modalidades da Culpa	98
Capítulo X	100
Da Prescrição Penal	100
10.1. Da Prescrição Penal no Dec.-Lei 7.661/45	102
10.2. Da Prescrição do Crime Falencial em Razão da Extensão dos Efeitos da Falência	105
Capítulo XI	106
Pluralidade dos Crimes de Recuperação de Empresas e Falências	106
Fim da Unicidade dos Crimes Falimentares	106
Capítulo XII	107
Efeitos da Condenação por Crime Falencial	107
Interdição do Comércio e Reabilitação	107

Título II

Parte Especial

Dos Crimes em Espécie, 115

Circunstância agravante	131
Concurso de pessoas	131
Circunstâncias atenuantes	132
Violação de Sigilo Empresarial	134
Divulgação de Informações Falsas	135
Indução a Erro	136
Favorecimento a Credores	137
Desvio, Ocultação ou Apropriação de Bens	140
Aquisição, Recebimento ou Uso Ilegal de Bens	145
Habilitação Ilegal de Crédito	147
Exercício Ilegal de Atividade	149
Violação de Impedimento	150
Omissão dos Documentos Contábeis Obrigatórios	152

Título III

Processualística Penal, 157

Capítulo I	159
A Evolução Histórica do Processo	159
1. Período Primitivo	159

Localização: 343:347.736(81)(094.4)

M634c

Código de barras: STJ00065859

2. Período ou Escola Judicialista	160
3. Período ou Escola Patricista	161
4. Período ou Escola Procedimentalista	161
4.1. O Período ou Escola Romanistas ou Privatistas	161
5. Período ou Escola das Teorias Particulares	162
6. Período ou Escola Processualista	162
Capítulo II	165
Histórico da Ação Penal no Brasil	165
Capítulo III	174
Da Investigação Penal e uma Visão Processual Penal no Direito Comparado	174
1. Dos Procedimentos Penais no Direito Comparado	175
2. Momento de Apuração dos Crimes	184
2.1. Do Inquérito	184
2.2. Do Processo Judicial	192
2.3. Da Competência	192
2.4. Da Ação Penal	210
2.5. Do Rito Processual	214
2.6. Os Crimes Falências e a Aplicação da Suspensão Condicional do Processo (Leis 9.099/95 e 10.259/2001)	218
2.7. Prisão Preventiva	222
2.8. Prisão Temporária	226

2.9. Da Inconstitucionalidade da Prisão por Desobediência (art. 99, Inciso III)	228
2.10. Aplicação Subsidiária do Código de Processo Penal	230
Lei nº 11.101/2005 - Lei de Recuperação de Empresas e de Falências	233
Quadro Comparativo das Disposições Penais	237
Quadro Comparativo das Disposições Comuns	238
Quadro Comparativo dos Procedimentos Penais nos Crimes Falências	238
Referências Bibliográficas	239
Índice Remissivo	247